



EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 39/2024

GMS 1900/2024

Processo nº 22.717.452-8

UASG 459651

Modalidade: Pregão Eletrônico

1. PREÂMBULO

1.1 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 220/2024, de 04/07/2024, e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Lei Complementar Federal nº 123/2006, suas alterações, e demais normas aplicáveis, torna público a realização de Licitação, na modalidade, **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para contratação do objeto descrito na Cláusula 3, em **REGIME DE EXECUÇÃO POR TAREFA**.

2 – RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **Compras.gov.br**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **www.compras.gov.br**

2.1.1 O edital está disponível nos endereços eletrônicos <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br e www.licitacao.uenp.edu.br.

2.1.2 Os autos do processo da licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema e-protocolo no site www.e-protocolo.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

2.2 Acolhimento das propostas: **até as 09:00 horas do dia 22/11/2024.**

2.3 Disputa de Preços: **as 09h05min do dia 22/11/2024.**

2.4 Modo de Disputa: **Aberto.**

2.5 Critério de Julgamento: **Menor Preço por Lote.**

2.6 Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

2.7 Na hipótese de indisponibilidade do sistema Compras.gov ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será remarcada, com um prazo mínimo de 24 horas para abertura a partir do aviso de remarcação no sistema.



3 – OBJETO

3.1 O presente Edital tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto, visando a implementação de medidas de segurança nas unidades da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP**, abrangendo segurança patrimonial e de pessoal nas dependências dos Campis da Universidade, conforme condições, quantidades, exigências e especificações técnicas mínimas definidas no Anexo 01 deste Edital.

3.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no portal Compras.Gov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

3.2 A empresa CONTRATADA deverá desenvolver um plano de segurança eficaz, por meio dos seguintes serviços:

- **Diagnóstico da Estrutura dos Campi:** Realizar uma análise detalhada das instalações físicas dos campi, identificando pontos fortes e fracos das edificações e infraestrutura existentes.
- **Levantamento de Vulnerabilidade:** Avaliar potenciais riscos e falhas de segurança, infraestrutura e funcionamento nos campi, considerando aspectos físicos e digitais.
- **Estudo das demandas internas:** Identificar e analisar as necessidades dos usuários e setores dos campi, como recursos físicos, tecnológicos e de segurança, para aprimorar o funcionamento e atendimento.
- **Sugestão de interação tecnológica:** Propor soluções tecnológicas inovadoras que facilitem a integração e automação de processos acadêmicos e administrativos
- **Levantamento de Infraestrutura elétrica e lógica:** Mapear e avaliar a rede elétrica e de dados existente, verificando sua condição para suportar as tecnologias a serem projetadas.
- **Desenvolvimento de Projeto de Segurança Eletrônica:** Criar um projeto que contemple sistemas de segurança, como câmeras, alarmes e controles de acesso, para melhorar a proteção dos *campi*.
- **Desenvolvimento de Projeto e uso de inteligência artificial sobre vídeo analítico:** Projetar e implementar soluções de IA para análise de vídeo, visando aumentar a segurança e eficiência do monitoramento através de câmeras nos *campi*.

3.3 O projeto deverá incluir:

- Segurança Patrimonial;
- Segurança de Pessoas;
- Segurança e rastreamento de frota;
- Soluções para áreas externas de grande porte;



- Vídeo analítico;
- Inteligência Artificial aplicada a análise de segurança;
- Aplicativo de Pânico;
- Integração com forças de segurança públicas;
- Centro de controle operacional;
- Infraestrutura do centro de controle;
- Softwares de integração;
- Gerenciamento de servidores;
- Gerenciamento de soluções remotas;
- Gerenciamento de controle de acesso;
- Identificação por biometria facial.

3.4 A CONTRATADA deverá realizar a entrega de:

- Memoriais descritivos;
- Estudo de Vulnerabilidade;
- Estudos de Aplicação de Tecnologias;
- Projetos elétricos (cabearios, iluminação, controles de acessos) e de lógica (quadros de comando, nobreaks, swchit's, routers) relacionados à proposta de implantação das tecnologias;
- Estudos de integração de tecnologias;
- ART's
- Arquivos fotográficos, vídeos e nuvem de pontos, arquivos CAD e BIM;
- Entrega de Estudos comparativos de compra e locação das soluções projetadas.

3.5 Deverá ser elaborado projeto para locais distintos, sendo as unidades da UENP abrangidas, nas respectivas cidades:

- Cidade de Jacarezinho/PR

Local	Endereço
Reitoria	Av. Getúlio Vargas, 850, Centro
Direção do Campus Jacarezi- nho	Av. Manoel Ribas, 215, Centro
Centro de Letras, Comunicação e Artes	Rua Pe. Melo, 1200 - Jardim Marymar
Centro de Ciências Humanas e da Educação	
Centro de Ciências da Saúde	Alameda Padre Magno, nº 841 - Nova Jacarezinho



Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Av. Manoel Ribas nº 711, Centro
Parque Universitário de Ciência, Cultura e Inovação	Av. Marciano de Barro, 700, Estação
Novo Campus	Prolongamento da Av. Pedro Coelho de Miranda, s/ nº - Jardim Panorama

- Cidade de Bandeirantes/PR:

Local	Endereço
Centro de Ciências Agrárias	Rod. BR 369, Km 54 - Vila Maria
Centro de Ciências Biológicas	
Centro de Ciências Tecnológicas	

- Cidade de Cornélio Procopio/PR:

Local	Endereço
Centro de Letras, Comunicação e Artes	Rod. PR 160, Km 0 – Saída para Leópolis
Centro de Ciências Humanas e da Educação	

4 – VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

4.1 O valor máximo total desta licitação é de **R\$ 95.853,33 (noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).**

5 - DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÕES

5.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital desta licitação, conforme disciplina o Art. 164 da Lei 14.133/21.

5.2 - Os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações deverão ser formulados por escrito, encaminhados por meio do e-mail **licitacao@uenp.edu.br**.

5.3 Os pedidos serão analisados e decididos pela Comissão de Licitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



5.4 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações, apresentados após o prazo estabelecido, levando-se à presunção de total e irrestrito aceite aos termos e condições fixados no edital e seus anexos.

5.5 Fica a critério do Pregoeiro, exclusivamente, conhecer os pedidos encaminhados de forma diversa a estabelecida no item 5.2.

6 - ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 Os pagamentos decorrentes da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da Dotação Orçamentária 4560.19.571.33.8153. Natureza de Despesa 3390-3905. Fonte: 759.

7 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1 O serviço se iniciará a partir da data definida na Ordem de Serviço emitida pela UENP e terá o prazo para a execução de até **180** (cento e oitenta) **dias** corridos.

7.1.1 Durante o período de execução, a CONTRATADA deverá realizar todas as etapas abaixo previstas, desde o levantamento de informações, até a entrega do projeto final:

- **Conformidade com as Especificações:** O projeto deverá atender a todas as diretrizes e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência. Qualquer divergência ou inadequação será motivo para solicitação de ajustes por parte da contratante.
- **Entrega dos Relatórios Parciais:** Durante o período de execução, deverão ser entregues relatórios parciais a cada 60 (sessenta) dias, documentando o progresso das atividades e as etapas concluídas. Esses relatórios deverão ser aprovados pela equipe técnica da UENP antes do prosseguimento para as fases seguintes.
- **Validação pela Equipe Técnica:** O projeto será submetido à avaliação pela equipe técnica da UENP, que verificará a consistência, viabilidade técnica e o cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis. Caso sejam identificados problemas ou omissões, a contratada será notificada para corrigir os pontos necessários dentro de um prazo a ser acordado a depender do tipo de correção.
- **Entrega Final:** A entrega do projeto será considerada concluída apenas após a aprovação integral pela equipe técnica da UENP, incluindo os ajustes solicitados durante as revisões. A aceitação final do objeto ocorrerá mediante a validação de que o projeto cumpre todos os requisitos técnicos e atende ao escopo contratado.

7.2 A entrega dos projetos será realizada por meio eletrônico, para o endereço de e-mail: secretaria.obras@uenp.edu.br.

8 - DA FORMA DE PAGAMENTO



8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega definitiva dos itens solicitados e a aprovação do profissional indicado pela UENP, responsável pela supervisão.

9 - DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

9.1 Facultativamente, os responsáveis das empresas poderão visitar o local dos serviços nas unidades abrangidas – indicadas no item 3.5 – em dias úteis, no horário das 9h às 11:30h e das 14h às 16:30h.

9.1.1 Tendo em vista **a faculdade da realização da visita**, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto da presente Licitação, tampouco poderão o fazer em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços relativos à mencionada execução.

9.2 Dúvidas acerca dos serviços poderão ser esclarecidas com o engenheiro da UENP, Felipe Scala Frâncica, pelo telefone (43) 3511-3200 – Secretaria de Obras (PROPAV – Reitoria).

10 - DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

10.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema **Compras.gov.br**

10.2 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema.

10.3 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao o sistema de compras eletrônicas implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao Pregão.

10.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

11.1 Os interessados em participar devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas Compras.gov.br

11.2 Poderão participar do presente certame todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital e que:

- a) não tenham sido declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público;
- b) não estejam em processo de falência ou concordata;
- c) não estejam proibidas de transacionar com o Poder Público.



11.3 Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem nas situações de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021

11.3.1 Não poderão participar as empresas inseridas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (com sanção de impedimento de licitar/contratar com o Estado do Paraná).

11.4 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

11.5 É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) empresa que esteja temporariamente suspensa para participar de licitação e impedida de contratar com a UENP;
- f) empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, a partir da publicação do ato na Imprensa Oficial.

11.6 Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão e da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

12 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1 O licitante deverá enviar sua proposta e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema **Compras.gov.br**, no prazo previsto neste edital.

12.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos Serviços.

12.3 O critério de julgamento das propostas será o de **Menor Preço por Lote**.

12.4 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sendo considerado como tal em caso de omissão.

12.5 A proposta inicial registrada no sistema poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência das propostas.



12.6 O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

13 - DO MODO DE DISPUTA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1 O modo de disputa adotado para este Pregão Eletrônico será o ABERTO, no qual etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.2 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

13.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática do sistema, o Pregoeiro, poderá admitir reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

13.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 50,00 (cinquenta) reais.

13.5 Para julgamento e classificação das propostas, o Pregoeiro levará em conta o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, respeitado o valor máximo fixado neste edital.

13.5.1 O preço global abrangerá a execução de serviços com todo o material e mão de obra, bem como o cumprimento da legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, seguros e demais encargos pertinentes, necessários ao completo e perfeito funcionamento da obra, conforme especificações fornecidas pela Contratante.

14 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e sistema eletrônico indicados neste Edital.

14.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contendo vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

14.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

14.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



14.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.

14.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 12.3 deste Edital.

14.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

14.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

14.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

14.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da sessão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

14.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.13 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas/empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

14.14 Nessas condições, as propostas de microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.15 A ME/EPP melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.16 Caso a microempresa/ empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por



cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.17 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.20 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

14.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

14.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.23 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

14.24 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 14.23.

14.25 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

14.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

15 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

15.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços será realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final.

15.2.1 A existência de valores de serviços unitários isolados, na planilha orçamentária do licitante, inferiores aos serviços unitários da planilha orçamentária referencial não



caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que aqueles valores sejam valores adequados, mantendo-se o valor da proposta.

15.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- b) contenha vício insanável ou ilegalidade;
- c) não apresente as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores;
- d) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

15.4 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

15.4.1 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

15.4.2 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

15.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

15.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

15.6.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

15.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas orçamentárias readequadas com o valor final ofertado.

15.7 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha orçamentária deverão refletir com fidelidade os custos especificados, a margem de lucro pretendida e as despesas indiretas.

15.8 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com os da planilha orçamentária referencial.

15.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



15.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

15.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

15.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

15.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.14 Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

15.15 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita.

15.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

16 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1 Os licitantes arrematantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a carta proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme Modelo do Anexo 02), a planilha de custos, o cronograma físico/financeiro, ajustados ao valor arrematado, e os documentos de habilitação, no prazo de até 24 horas após a solicitação do Pregoeiro no sistema.

16.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital, que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

16.2.1 A habilitação do licitante com cadastro completo no SICAF ou GMS/CFPR poderá ser verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica financeira), dispensando o envio desta documentação, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

16.2.1.1 Ao licitante inscrito no SICAF ou GMS/CFPR, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se



vencida nestes sistemas, será facultada a apresentação da documentação atualizada na plataforma Compras.gov.br.

16.3 As Microempresas/Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

16.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de disputa.

17 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

17.1 Os documentos para habilitação que deverão ser inseridos no sistema Compras.gov.br são os seguintes:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores – os documentos podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais da proponente e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) **Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (CND Federal)**, mediante a apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive contribuições sociais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) **Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual (CND Estadual)**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (CND Municipal)**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, ou outra equivalente, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa proponente;
- f) **Certificado de Regularidade de Situação - CRF (FGTS)**;
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**;
- h) **Certidão do Distribuidor probatória de inexistência de processos de falência e concordata, ou recuperação judicial e extrajudicial**. Não constando o prazo



de validade, será aceita somente a certidão expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura das propostas;

- i) Certidão de Registro ou inscrição de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto à entidade profissional competente, dentro de seu prazo de validade.
- j) Carta assinada pelo representante legal da empresa indicando o responsável técnico, constando nome e número do registro no conselho profissional competente;
- k) Comprovação da Capacitação Técnico-Profissional: A licitante deverá comprovar o vínculo direto e permanente do profissional indicado como responsável técnico, na data prevista para entrega da proposta. Comprovar, ainda, que o responsável indicado seja detentor de Atestado técnico-profissional, por execução de serviços de característica semelhante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a devida comprovação de registro no conselho profissional competente. Será aceito a somatória de atestados para comprovação de capacidade técnica.
- l) **Declaração Conjunta** (Declaração de Conhecimento do Edital, de Inexistência de Fato Impeditivo, de Não Utilização de Mão de Obra de Menores, de Atendimento À Política Ambiental de Licitação Sustentável, de Reserva de Cargos, de Responsabilidades);
- m) Declaração de que recebeu os documentos atinentes aos serviços e de que tomou conhecimento de todas as exigências neles contidos, conforme modelo do Anexo 05;

17.2 Conforme o contido na Lei Complementar nº 123/06, na habilitação de microempresa ou empresa de pequeno porte, “havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.”.

17.3 Ainda em referência a Lei Complementar 123/2006 será aplicado o benefício do empate ficto às microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 e 45).

18 - DA HOMOLOGAÇÃO

18.1 Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no edital, tanto no tocante à proposta quanto à documentação de habilitação, o licitante que ofertar o menor preço será declarado vencedor pelo Pregoeiro.

18.2 Depois de resolvidos os recursos eventualmente formulados ou, em caso de sua inexistência, os autos serão encaminhados à autoridade competente, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;



III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação. para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar a licitação por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.

18.3 Homologada a presente licitação, a UENP convocará o adjudicatário para assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil, em até 05 (cinco) dias úteis (prorrogável a critério da UENP), sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

18.4 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

18.5 A UENP poderá, quando o convocado não assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil no prazo e condições estabelecidos neste edital: convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços; ou revogar a licitação.

18.5.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 1º colocado, a UENP poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

18.6 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

19 – DOS RECURSOS

19.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

19.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico.

19.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico.

19.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.



19.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo Pregoeiro.

19.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20.1.1 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar por prazo não superior a 02 (dois) anos,
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

20.1.2 Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.2 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

20.3 A sanção administrativa de **MULTA** poderá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, e será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;



- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.
- e) apresentar documento falso;
- f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

20.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

20.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

20.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

20.7 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR).

20.8 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

20.8.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

20.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

20.10 A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

20.11 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21 - DA SUBCONTRATAÇÃO



21.1 Não será permitida a subcontratação do objeto.

21.2 A subcontratação de serviços específicos poderá ser admitida desde que aprovada pela fiscalização, após a solicitação da contratada, em que deverão ser apresentadas as devidas justificativas técnicas.

22 - RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

22.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 140, da Lei nº 14.133/21.

22.2 A Contratada deverá entregar o serviço pronto e acabado, com encargos sociais pagos, documentação em dia e dentro do prazo acordado, facultando-se à mesma ajustar para menos o tempo previsto.

23 - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO GESTOR DO CONTRATO

23.1 A fiscalização dos serviços será realizada pelo Grupo de Trabalho pra Medidas de Segurança na UENP, representado pelo Engenheiro Civil Felipe Scala Francica – Portaria/GR nº 294/2023.

23.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao servidor Samuel Reis David, Assessor Especial TI – Gabinete/Reitoria.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 A Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, por sua autoridade competente, poderá revogar ou invalidar esta licitação, em qualquer de suas fases, fundamentando os motivos que determinarem sua extinção.

24.2 Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, poderão ser solicitados à Comissão de Licitação da UENP, pelo e-mail licitacao@uenp.edu.br.

24.3 No julgamento das propostas e da habilitação a Comissão poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25 - DOS ANEXOS DO EDITAL

25.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Descrição do Objeto.

ANEXO 02 – Modelo de Carta Proposta de Preços.

ANEXO 03 – Modelo de Declaração Conjunta.

ANEXO 04 – Modelo de Declaração de Micro Empresa/Empresa de Pequeno Porte.



ANEXO 05 – Modelo de Declaração de Recebimento dos Documentos referentes ao Objeto e Conhecimento das condições locais.

ANEXO 06 – Minuta de Contrato.

Jacarezinho, 04 de novembro de 2024.

Lucas Coelho Leal
Pregoeiro

EQUIPE DE APOIO

Márcio Aparecido Fernandes



ANEXO 01

PREGÃO ELETRÔNICO nº 39/2024

LOTE ÚNICO:

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para instalação de transformador e adequações na rede elétrica do Campus de Cornélio Procópio, com fornecimento de materiais.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Máximo Total
01	Elaboração de projeto, visando a implementação de medidas de segurança, abrangendo segurança patrimonial e de pessoal nas dependências dos Campis da Universidade.	01	R\$ 95.853,33
		TOTAL	R\$ 95.853,33

Valor Máximo: R\$ 95.853,33 (noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

ANEXO 02

CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo)

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP

Referência: Pregão Eletrônico n.º ____/2024 (GMS n.º ____/2024)

Objeto: _____

A Empresa _____, CNPJ _____, com sede na cidade de _____, estado do _____, sito _____, n.º _____, CEP _____-_____, Telefone (____) _____, e-mail _____, propõe a execução do objeto da Licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o edital os anexos da licitação em referência.

- 1) O preço global proposto para execução total do objeto é de R\$ _____ (_____).
- 2) O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta dias) dias corridos, contados a partir da data de abertura da Licitação.

Se vencedor da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do RG _____, CPF _____,

e será responsável técnico pelos serviços o(a) Sr.(a) _____,

_____, ____ de _____ 2024.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente)

Nome

RG/CPF

Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024

ANEXO 03

DECLARAÇÃO CONJUNTA

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ: _____ FONE: (____) _____

E-MAIL: _____

1. CONHECIMENTO DO EDITAL

Que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação e capacidade técnica para execução do objeto da licitação.

2. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não estamos suspensos de participar de licitação e impedida de contratar com o Estado do Paraná, na forma do inc. III do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021 e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, na forma do inc. IV do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021; Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

a) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

b) Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

4. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e



serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente (Decreto Estadual nº 6252 de 22 de março de 2006) e que se compromete a dar destinação adequada e correta aos materiais retirados das escavações e demais resíduos sólidos da obra, de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010.

5. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados à UENP, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 39/2024.

Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega da proposta.

_____, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente)

Nome

RG/CPF

Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO nº 39/2024

ANEXO 04

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ: _____ FONE: (____) _____

E-MAIL: _____

Declaramos, sob as penas da lei, para fins de participação na licitação aberta pelo EDITAL Nº 39/2024, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, da Universidade Estadual do Norte do Paraná – Reitoria, que somos uma Microempresa (ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), estando apta a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declaramos, ainda, que não nos enquadrados em nenhuma das hipóteses elencadas no artigo 3º, § 4º da referida Lei, inexistindo, portanto, qualquer restrição para o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

_____, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente)

Nome

RG/CPF

Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO n° 39/2024

ANEXO 05

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS REFERENTES AO OBJETO E CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

(Modelo)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ _____, declara que recebeu todos os documentos atinentes aos serviços e que tomou conhecimento de todas as exigências neles contidas e tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO nº 39/2024

ANEXO 06

MINUTA DE CONTRATO nº XX/2024

Os signatários deste instrumento, por um lado, a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 850, nesta cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 08.885.100/0001-54, neste ato representada por, a seguir denominada **CONTRATANTE**;

e, por outro, a empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº....., situada à, neste ato representada por, doravante identificada como **CONTRATADA**.

As partes têm entre si justo e acertado o presente Contrato, resultante da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 39/2024** do tipo **Menor Preço por Lote** em **REGIME DE EXECUÇÃO POR TAREFA**, Processo nº 22.717.452-8 (GMS 1900/2024), com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022, suas alterações e demais normas aplicáveis à espécie, que reger-se-á pelas cláusulas e condições especificadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto, visando a implementação de medidas de segurança nas unidades da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, abrangendo segurança patrimonial e de pessoal nas dependências dos Campis da Universidade, conforme condições, quantidades, exigências e especificações técnicas mínimas definidas.

Parágrafo Único: Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 39/2024**, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

2.1 O valor total do presente contrato é de R\$......(.....).

Parágrafo Primeiro: O valor contratual abrange a execução de serviços com todo o material e mão de obra, bem como o cumprimento da legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, seguros e demais encargos pertinentes, necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A empresa CONTRATADA deverá desenvolver um plano de segurança eficaz, por meio dos seguintes serviços:

- **Diagnóstico da Estrutura dos Campi:** Realizar uma análise detalhada das instalações físicas dos campi, identificando pontos fortes e fracos das edificações e infraestrutura existentes.
- **Levantamento de Vulnerabilidade:** Avaliar potenciais riscos e falhas de segurança, infraestrutura e funcionamento nos campi, considerando aspectos físicos e digitais.
- **Estudo das demandas internas:** Identificar e analisar as necessidades dos usuários e setores dos campi, como recursos físicos, tecnológicos e de segurança, para aprimorar o funcionamento e atendimento.
- **Sugestão de interação tecnológica:** Propor soluções tecnológicas inovadoras que facilitem a integração e automação de processos acadêmicos e administrativos
- **Levantamento de Infraestrutura elétrica e lógica:** Mapear e avaliar a rede elétrica e de dados existente, verificando sua condição para suportar as tecnologias a serem projetadas.
- **Desenvolvimento de Projeto de Segurança Eletrônica:** Criar um projeto que contemple sistemas de segurança, como câmeras, alarmes e controles de acesso, para melhorar a proteção dos *campi*.
- **Desenvolvimento de Projeto e uso de inteligência artificial sobre vídeo analítico:** Projetar e implementar soluções de IA para análise de vídeo, visando aumentar a segurança e eficiência do monitoramento através de câmeras nos *campi*.

3.2 O projeto deverá incluir:

- Segurança Patrimonial;
- Segurança de Pessoas;



- Segurança e rastreamento de frota;
- Soluções para áreas externas de grande porte;
- Vídeo analítico;
- Inteligência Artificial aplicada a análise de segurança;
- Aplicativo de Pânico;
- Integração com forças de segurança públicas;
- Centro de controle operacional;
- Infraestrutura do centro de controle;
- Softwares de integração;
- Gerenciamento de servidores;
- Gerenciamento de soluções remotas;
- Gerenciamento de controle de acesso;
- Identificação por biometria facial.

3.3 A CONTRATADA deverá realizar a entrega de:

- Memoriais descritivos;
- Estudo de Vulnerabilidade;
- Estudos de Aplicação de Tecnologias;
- Projetos elétricos (cabeamentos, iluminação, controles de acessos) e de lógica (quadros de comando, nobreaks, swchit's, routers) relacionados à proposta de implantação das tecnologias;
- Estudos de integração de tecnologias;
- ART's
- Arquivos fotográficos, vídeos e nuvem de pontos, arquivos CAD e BIM;
- Entrega de Estudos comparativos de compra e locação das soluções projetadas.

3.4 Deverá ser elaborado projeto para locais distintos, sendo as unidades da UENP abrangidas, nas respectivas cidades:

- Cidade de Jacarezinho/PR

Local	Endereço
Reitoria	Av. Getúlio Vargas, 850, Centro
Direção do Campus Jacarezinho	Av. Manoel Ribas, 215, Centro
Centro de Letras, Comunicação e Artes	Rua Pe. Melo, 1200 - Jardim Marymar
Centro de Ciências Humanas e da Educação	



Centro de Ciências da Saúde	Alameda Padre Magno, nº 841 - Nova Jacarezinho
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Av. Manoel Ribas nº 711, Centro
Parque Universitário de Ciência, Cultura e Inovação	Av. Marciano de Barro, 700, Estação
Novo Campus	Prolongamento da Av. Pedro Coelho de Miranda, s/ nº - Jardim Panorama

- Cidade de Bandeirantes/PR:

Local	Endereço
Centro de Ciências Agrárias	Rod. BR 369, Km 54 - Vila Maria
Centro de Ciências Biológicas	
Centro de Ciências Tecnológicas	

- Cidade de Cornélio Procopio/PR:

Local	Endereço
Centro de Letras, Comunicação e Artes	Rod. PR 160, Km 0 – Saída para Leópolis
Centro de Ciências Humanas e da Educação	

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 1 Os pagamentos decorrentes da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da Dotação Orçamentária 4560.19.571.33.8153. Natureza de Despesa 3390-3905. Fonte: 759.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O serviço se iniciará a partir da data definida na Ordem de Serviço emitida pela UENP e terá o prazo para a execução de até **180** (cento e oitenta) **dias** corridos.



5.1.1 Durante o período de execução, a CONTRATADA deverá realizar todas as etapas abaixo previstas, desde o levantamento de informações, até a entrega do projeto final:

- **Conformidade com as Especificações:** O projeto deverá atender a todas as diretrizes e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência. Qualquer divergência ou inadequação será motivo para solicitação de ajustes por parte da contratante.
- **Entrega dos Relatórios Parciais:** Durante o período de execução, deverão ser entregues relatórios parciais a cada 60 (sessenta) dias, documentando o progresso das atividades e as etapas concluídas. Esses relatórios deverão ser aprovados pela equipe técnica da UENP antes do prosseguimento para as fases seguintes.
- **Validação pela Equipe Técnica:** O projeto será submetido à avaliação pela equipe técnica da UENP, que verificará a consistência, viabilidade técnica e o cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis. Caso sejam identificados problemas ou omissões, a contratada será notificada para corrigir os pontos necessários dentro de um prazo a ser acordado a depender do tipo de correção.
- **Entrega Final:** A entrega do projeto será considerada concluída apenas após a aprovação integral pela equipe técnica da UENP, incluindo os ajustes solicitados durante as revisões. A aceitação final do objeto ocorrerá mediante a validação de que o projeto cumpre todos os requisitos técnicos e atende ao escopo contratado.

5.2 A entrega dos projetos será realizada por meio eletrônico, para o endereço de e-mail: secretaria.obras@uenp.edu.br

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado - DIOE/PR.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DO GESTOR DE CONTRATO

7.1 A fiscalização dos serviços será realizada pelo Grupo de Trabalho pra Medidas de Segurança na UENP, representado pelo Engenheiro Civil Felipe Scala Franca – Portaria/GR nº 294/2023.

7.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao servidor Samuel Reis David, Assessor Especial TI – Gabinete/Reitoria.



CLAUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega definitiva dos itens solicitados e a aprovação do profissional indicado pela UENP, responsável pela supervisão.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será permitida a subcontratação do objeto.

9.2 A subcontratação de serviços específicos poderá ser admitida desde que aprovada pela fiscalização, após a solicitação da contratada, em que deverão ser apresentadas as devidas justificativas técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA– DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 Constituem direitos de a **CONTRATANTE** receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro: Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

a) Para o bom andamento da elaboração dos projetos, a **CONTRATANTE** compromete-se a cumprir as seguintes obrigações:

I. Fornecimento de Informações: A Contratante deverá fornecer à Contratada todas as informações, documentos, estudos prévios e dados necessários para a elaboração dos projetos, garantindo que as informações sejam precisas e estejam disponíveis em tempo hábil.

II. Acesso a Documentação e Áreas: A Contratante deverá assegurar à Contratada o acesso à documentação técnica, legislação específica, normas internas e, se necessário, áreas físicas que sejam relevantes para a elaboração do projeto.

III. Aprovação e Feedback: A Contratante deverá analisar os projetos apresentados pela Contratada e fornecer, dentro dos prazos acordados, feedbacks e aprovações necessários para o desenvolvimento das etapas subsequentes, evitando atrasos indevidos no processo.

IV. Pagamentos: A Contratante deverá efetuar os pagamentos à Contratada conforme os valores, condições e prazos estipulados no contrato, desde que as entregas estejam de acordo com as especificações técnicas e prazos estabelecidos

V. Designação de Responsável Técnico: A Contratante deverá indicar um responsável técnico ou equipe que será o ponto de contato direto com a Contratada, para facilitar a comunicação, a troca de informações e a tomada de decisões durante a execução do projeto.



VI. Reuniões de Acompanhamento: A Contratante deverá participar das reuniões de acompanhamento solicitadas pela Contratada ou agendadas em comum acordo, para monitorar o progresso do projeto e resolver quaisquer questões que possam surgir no decorrer da elaboração

VII. Garantia de Condições para a Execução do Projeto: A Contratante deverá garantir que todas as condições necessárias para a elaboração dos projetos sejam mantidas durante o curso do contrato, inclusive fornecendo acesso a colaboradores ou consultores especializados, caso necessário.

VIII. Garantia de Condições para a Execução do Projeto: A Contratante deverá garantir que todas as condições necessárias para a elaboração dos projetos sejam mantidas durante o curso do contrato, inclusive fornecendo acesso a colaboradores ou consultores especializados, caso necessário.

IX. Cooperação Geral: A Contratante deverá cooperar de forma eficiente com a Contratada, prestando todo o apoio necessário para a execução dos trabalhos, visando o cumprimento dos prazos e a entrega final do projeto conforme os objetivos previamente definidos.

Parágrafo Segundo: Constituem obrigações da **CONTRATADA:**

- a) prestar os serviços na forma ajustada;
- b) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 39/2024**;
- c) responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- d) responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- e) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- f) o contratado deverá estar em dia com a Fazenda do Estado do Paraná, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com o Instituto de Seguridade Social, mantendo esta condição de regularidade durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

11.1 O contratado que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.1.1 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- e. Advertência;
- f. Multa;
- g. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar por prazo não superior a 02 (dois) anos,
- h. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.1.2 Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.2 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

- I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

11.3 A sanção administrativa de **MULTA** poderá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, e será aplicada a quem:

11.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º



11.953, de 2018.

11.8 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.8.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

11.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

11.12 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,

11.14 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

11.15 A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

11.16 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

12.1 O serviço terá prazo de garantia mínima de 05 (cinco) anos, contados de seu recebimento definitivo.

12.2 Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço ou material que apresente defeito que não decorra do desgaste natural.

12.3 Incumbe à CONTRATADA o ônus da prova da origem do defeito.

12.4 O prazo de garantia contratual firmado entre as partes não afasta a incidência do prazo legal previsto no art. 26, §§ 1º, 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor para reclamação de vícios, o qual somente se iniciará findando-se aquele.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

13.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 180, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, ensejará a extinção do presente contrato.

13.2 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar nas consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2022, sem prejuízo das demais sanções previstas.

13.5 Conforme disposto no art. 90, § 7º da Lei 14.133/2022 será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.

13.6 O CONTRATADO reconhece, desde já, todos os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.5 Os preços contratuais poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com os art. 169 e 170 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

14.5.1 O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado observada a periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato.

14.6 Se em consequência de culpa do CONTRATADO forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes.

14.7 Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

14.7.1 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



14.7.2 Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

15.1 O presente contrato será firmado em **REGIME DE EXECUÇÃO POR TAREFA**, conforme definido pelo art. 6º, XXXI, da Lei 14.133/21, em atendimento ao art. 92, inciso IV, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na legislação abaixo e outras pertinentes ao objeto, ainda que não explicitadas:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b) Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- e) Código Civil Brasileiro e, ainda, pelos preceitos de direito público e pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos.

16.2 Aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Jacarezinho para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Jacarezinho, XX de XXXX de 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini - Reitor

CONTRATANTE



XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX
CONTRATADA

XXXXXXXXXX
GESTOR

XXXXXXXXXX
FISCAL

XXXXXXXXXX
TESTEMUNHA

XXXXXXXXXX
TESTEMUNHA